

# Fiocruz perde R\$ 6 milhões

Daniela Guima

Especial para o **Correio**

O rombo no caixa do Ministério da Saúde já está fazendo estragos em um dos mais importantes centros de excelência do país, responsável pela produção de vacinas e medicamentos. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) perdeu, com os cortes promovidos no Orçamento da União, R\$ 6 milhões dos R\$ 120 milhões previstos para este ano. "Pode parecer pouco. Mas os 5% que foram cortados no nosso orçamento são importantíssimos para o desenvolvimento de novas tecnologias. Esse corte foi um baque para nós", afirma o presidente da instituição, Elói Garcia.

Felizmente, diz ele, a tesoura do governo não atingiu as áreas prioritárias, como a de pesquisas, de onde saem as vacinas e vários remédios vendidos a preços bem populares. "Estamos avaliando formas de recuperar o que nos foi cortado, diminuindo despesas

na área administrativa", diz o presidente da Fiocruz. Mas ele faz questão de ressaltar: "Se formos vítimas de um novo corte de verbas, a situação vai se complicar, pois até mesmo o desenvolvimento de remédios e de vacinas poderá ficar comprometido".

A falta de recursos suficientes para tocar projetos considerados prioritários pelo Ministério da Saúde causa arrepios em Guilherme Carvalho, diretor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (Fesa), uma organização não-governamental com forte atuação no Pará. E ele tem motivos de sobra para isso. O estado apresenta um dos piores índices de saneamento básico do país. Na região metropolitana da capital, Belém, 400 mil pessoas — ou 26,6% da população — nunca viram água encanada na vida. Em relação ao acesso ao esgoto, o quadro é ainda mais dramático: apenas 3% de 1,5 milhão de pessoas são atendidas pelo serviço. Mas esse esgoto não é tratado. "É

obrigação do Estado proporcionar à população esse serviço tão essencial à saúde", diz Antonio Marsiglia, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e vice-presidente da Companhia de Saneamento de São Paulo.

Segundo um ex-ministro da Saúde, que pediu para não ser identificado, a falta de dinheiro para construção e ampliação de hospitais e para obras de saneamento básico é inaceitável. Ele diz que, em 1995, o ministério investiu R\$ 14,9 bilhões. Cinco anos depois, os desembolsos deveriam ser da ordem de R\$ 25,5 bilhões, se for levado em conta apenas a inflação acumulada no período, de 67%. "Só que, neste período, o governo criou a Contribuição Provisória para Movimentação Financeira (CPMF), que arrecada R\$ 8 bilhões por ano, dinheiro que, por lei, deveria estar sendo destinado à Saúde e não ao ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional", afirma.